
ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANDEIAS DO JAMARI

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
ATA DA 52ª ASSEMBLEIA ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE
ASSISTÊNCIA SOCIAL, CARACTERIZANDO A 10ª REUNIÃO DO ANO
VIGENTE.

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

CMAS

Aos 25 (vinte e cinco) dias do mês de outubro do ano de 2025, às 9:15 horas, reuniu-se, de forma presencial, na sede da Secretaria Municipal de Assistência Social e da Família e trabalho – SEMASFT, localizada na Rua 21 de Abril bairro união, O Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, em caráter ordinário, sob a presidência do Sr. Lucas Rosendo da Silva e a do vice-presidente Sr. Salustiano Freitas F. Neto e os demais conselheiros sendo marines carvalho barbosa (COMEC), Grassineide Resende Meneses (APAE), Michela Nunes Monteiro Aguiar (SEMED), Lúcio Rojas (SEMASFT) Rozangela maria costa borges (SEMASFT) Jordania moreira lima (SEMASFT). O presidente declarou aberta a reunião, dando início aos trabalhos, cuja pauta previamente comunicada aos conselheiros foi a seguinte:

-
- **APRESENTAÇÃO DO PPA**
-
- **APRECIACAO DO SUPERAVIT 2025**

O presidente Lucas Rosendo começou a reunião dando boas-vindas a todos os presentes e ressaltando a importância dos trabalhos realizados pelo Conselho, em suas palavras, o presidente declarou: Na ordem do dia, teremos a leitura da ata da reunião anterior e, em seguida, daremos continuidade às diversas pautas, incluindo a apreciação do PPA – Plano Plurianual de 2025. Como não houve nenhum informe ele agradeceu o a presença de todos e declarou oficialmente iniciada esta reunião.”

Desta forma sem nenhum informe ou algo relacionado foi iniciado a leitura da ATA anterior onde uma vez lida e aprovada por unanimidade A servidora Rozângela Borges fez uso da palavra abordando a questão referente à tratativa com o senhor Juvenal, informando que o local que seria destinado para casa dos conselhos foi rejeitado. Esclareceu, no entanto, que, posteriormente, foi solicitado um valor adicional, o que não corresponde ao interesse da administração pública.

Acrescentou já havia feito um convite e iniciado diálogo sobre todo o processo antes de solicitar o acréscimo mencionado. Por fim, registrou que a situação gerou insatisfação na gestão, ressaltando que já havia se preparado para conduzir o processo de outra forma.

O Presidente, Lucas Rosendo, fez uso da palavra ressaltando a existência de um grande déficit em relação ao Conselho da Pessoa com Deficiência, destacando que as demais deficiências têm sido deixadas de lado nas ações e discussões do colegiado. O Presidente afirmou, de maneira sincera, que essa percepção decorre de sua vivência diária com pessoas com deficiência.

Em sua fala, mencionou que as mães atípicas de pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA) têm se mostrado mais engajadas e atuantes na busca por direitos, chegando, por vezes, a agir de forma mais incisiva em razão da necessidade de lutar constantemente por atendimento e inclusão. Por outro lado, observou que mães de pessoas com Benefício de Prestação Continuada (BPC) e de outros transtornos não têm demonstrado a mesma mobilização.

O Presidente relatou ainda uma conversa que teve com a conselheira Michela, na qual mencionou que a Faculdade FIMCA realizou uma ação social na Escola Vovó Ginoca, direcionada exclusivamente a pessoas com TEA. Nessa ocasião, foram atendidas apenas cinco crianças, quando poderiam ter sido atendido mais crianças. Diante disso, o Presidente enfatizou que aqueles que têm o dever de garantir os direitos das pessoas com deficiência não estão cumprindo adequadamente esse papel.

Por fim, o Presidente acrescentou que o TEA tornou-se um tema muito midiático, observando que muitas pessoas têm buscado o diagnóstico

de autismo para seus filhos visando ao recebimento do BPC e a outros benefícios, como isenções e descontos em tributos e serviços públicos, a exemplo de IPTU e energia elétrica. Esclareceu, no entanto, que não está generalizando essa situação, mas pontuando uma realidade que vem sendo percebida em diversos contextos sociais.

A conselheira Mari fez uso da palavra às , parabenizando o Presidente pela colocação e destacando a relevância do tema abordado. Em sua fala, observou que existem muitas mães engajadas e determinadas na luta pelos direitos de seus filhos com deficiência, especialmente aquelas que convivem com o Transtorno do Espectro Autista (TEA), e que demonstram grande disposição em buscar melhorias e garantias junto aos órgãos públicos.

Diante disso, sugeriu que seria importante aproximar essas mães do Conselho da Pessoa com Deficiência, apresentando a elas a função e a importância desse espaço de representação social. Ressaltou que, fazendo parte do Conselho, essas mães teriam mais respaldo institucional, mais voz e força para reivindicar direitos e propor políticas públicas voltadas às pessoas com deficiência.

O vice presidente Salustiano Freitas fez uso da palavra às, destacando inicialmente a existência da Política Nacional do Transtorno do Espectro Autista (TEA), recentemente

instituída, a qual vem somar-se ao Estatuto da Pessoa com Deficiência, fortalecendo as garantias legais e a proteção desse grupo.

Em concordância com as colocações anteriores, salientou que as mães de crianças com TEA são realmente muito ativas e empenhadas, o que ele mesmo pôde observar em sua vivência profissional.

Salustiano acrescentou que o Conselho Municipal pode e deve atuar como órgão articulador, participando ativamente da elaboração de mecanismos e normativas locais que fortaleçam a política de inclusão e o atendimento adequado às pessoas com deficiência. Destacou, ainda, que é necessário criar meios de resolução e padronização de procedimentos, de modo que as ações e eventos voltados à inclusão social ocorram de forma organizada e eficiente em todo o município.

Finalizou sua fala ressaltando que a inclusão é um processo coletivo e contínuo, e que o Conselho tem papel essencial na construção de uma infraestrutura social mais acessível, justa e acolhedora para todas as pessoas com deficiência, independentemente de seu tipo de limitação.

O técnico Léo iniciou sua fala , informando que os presentes receberam previamente um resumo das ações e alegações referentes ao Plano Plurianual (PPA), com o objetivo de facilitar a compreensão da apresentação. Esclareceu que faria uma exposição objetiva, apresentando as ações, explicando as alegações e respondendo a eventuais dúvidas sobre o tema.

Antes de iniciar a explicação detalhada, Léo questionou se alguém teria alguma dúvida sobre o que se trata o PPA, e se todos compreendiam a função e importância dessa peça orçamentária dentro da administração pública.

Em seguida, passou a expor que o PPA (Plano Plurianual), a LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e a LOA (Lei Orçamentária Anual) são três instrumentos de planejamento e gestão previstos constitucionalmente, de elaboração obrigatória pelos entes federativos. Explicou que o PPA funciona como um grande plano de governo, semelhante a um mapa que orienta a execução orçamentária ao longo de quatro anos.

No PPA estão definidas todas as ações, programas, metas e funções orçamentárias que serão executadas durante o período de vigência. No caso do município, informou que está sendo elaborado o PPA referente ao quadriênio de 2026 a 2029, que servirá de base para as próximas gestões municipais. Somente em 2030 será elaborado o novo PPA, com base nas diretrizes da administração seguinte.

Léo explicou ainda que, a partir do PPA, é formulada a LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias, responsável por estabelecer as regras e prioridades que orientarão a elaboração e execução do orçamento municipal. Essa lei define o que pode ou não ser feito, os limites e critérios de execução, bem como as diretrizes de investimento e custeio.

Por fim, destacou que da LDO decorre a LOA – Lei Orçamentária Anual, formalizada por meio do Projeto de Lei Orçamentária (PLOA), que define o orçamento anual do município, discriminando as receitas e despesas previstas para cada exercício financeiro.

Léo explicou que é na LOA (Lei Orçamentária Anual) que se estima o valor que provavelmente será arrecadado pela Secretaria de Gestão Social em 2026 e quanto poderá ser destinado aos gastos planejados. Ressaltou que, caso a arrecadação seja maior que a prevista, existem

práticas de compensação orçamentária, tratadas no balanço patrimonial, e, caso a arrecadação seja menor, ocorre a chamada frustração de receita, exigindo redução e adequação dos gastos.

O técnico destacou que, no município de Candeias, há uma deficiência significativa na gestão orçamentária, situação que também afeta a Secretaria de Gestão Social. Observou que, infelizmente, a Saúde, a Gestão Social e a própria Prefeitura enfrentam dificuldades semelhantes, sendo os três entes mais impactados pela limitação de recursos.

Léo detalhou que atualmente a gestão administrativa da Secretaria de Gestão Social depende majoritariamente de recursos próprios do município, enquanto os programas são financiados por recursos vinculados. Porém, desde 2021, tanto os recursos próprios quanto os vinculados têm se mostrado insuficientes, mantendo os quadros financeiros em déficit contínuo, ou seja, não atingindo as metas anuais planejadas.

Por fim, explicou que a preparação da receita para elaboração da LOA considera a realidade municipal, e que, atualmente, o PPA, a LDO e a LOA estão sendo elaborados de forma integrada, considerando ajustes de controle, manutenção e gestão. A expectativa é que esses instrumentos sejam finalizados e enviados até o final do ano, permitindo que o orçamento seja executado de acordo com as previsões e necessidades do município. Ele deixou claro que uma coisa que foi muito bem colocada e é bom pensar sempre é que o orçamento é estimativo. A fixação de despesas é o limite em que pode gastar, mas a receita é estimada.”

Salustiano Freitas ponderou que, apesar da compreensão teórica do orçamento, na prática sua execução é mais complexa. Ressaltou que o planejamento

das ações necessita de referência concreta, citando o Plano Plurianual 2026–2029, que traz projeções de gastos. Destacou a importância do Plano Municipal Anual de Assistência Social como instrumento de fiscalização do Conselho, pois nele é possível visualizar os serviços e equipamentos envolvidos (como CRAS e CREAS), tanto da proteção básica quanto especial, com valores já fixados na LDO. Assim, o Conselho consegue acompanhar o que está previsto para execução, alinhado ao planejamento estratégico consolidado no PPA.

O Técnico Léo explicou que o maior desafio identificado na assistência social é a falta de informação da população sobre seus direitos, o que dificulta o acesso aos serviços. Assim, a conscientização tornou-se o foco principal do planejamento das ações. Ele informou que agora cada fundo (criança e adolescente, pessoa idosa e assistência social) passou a ter sua própria unidade orçamentária, garantindo melhor organização e transparência. Destacou que antes havia muitas ações com baixa efetividade por falta de recursos e equipe; portanto, a estratégia atual é menos ações, porém mais abrangentes.

A conselheira marines carvalho ressaltou que existem equipamentos, serviços e materiais orientativos disponíveis, como as cartilhas, mas que no passado houve falhas de comunicação dentro da própria Secretaria, fazendo com que informações equivocadas fossem repassadas à população. Ela reforçou que o CRAS é a porta de entrada para a assistência social, sendo o local correto para esclarecimentos sobre direitos e encaminhamentos, evitando que as pessoas dependam de informações distorcidas. A conselheira afirmou que, quando a demanda chega ao setor adequado, o atendimento acontece corretamente, citando como exemplo a área da saúde, onde a parceria e os fluxos já são bem compreendidos. Concluiu dizendo que a população encontrará o que precisa quando buscar o local certo, reforçando a importância do correto encaminhamento das demandas.

Fala da Conselheira Marines Carvalho — dúvida sobre aplicação de recursos: Marines Carvalho questionou se os recursos previstos no Conselho podem ser utilizados para apoiar a realização de conferências da assistência social e também para custear a participação de conselheiros e delegados em eventos de capacitação relacionados ao tema.

Resposta do Técnico Léo — esclarecimento sobre gastos: O Técnico Léo explicou que os gastos devem seguir a fixação de despesas prevista no orçamento, atendendo ao ciclo orçamentário e aos indicadores definidos para essa finalidade. Informou que há despesas que podem ser classificadas como diárias, passagens e custos mensais necessários para a contratação de serviços vinculados às atividades do Conselho, desde que estejam corretamente previstas e justificadas.

Em sua fala Leonardo explicou que no planejamento estão inseridas despesas necessárias para o funcionamento dos serviços, como o combustível dos veículos utilizados pela assistência social. Ele comentou que muitas pessoas têm dificuldade de chegar até o CRAS, CREAS ou demais atividades, e que isso acaba prejudicando o acesso aos direitos.

Por conta disso, a Secretaria está organizando uma nova forma de atendimento, na qual os veículos irão até as comunidades para buscar as pessoas e levá-las até os locais de atendimento ou de participação em ações e eventos. Segundo ele, essa medida facilita o acesso, fortalece o vínculo com a rede e garante que ninguém deixe de ser atendido por falta de transporte.

Entre as suas falas Leonardo apresentou a proposta referente à distribuição de cestas básicas. Ele explicou que a meta geral prevista é atender 400 famílias, porém a estimativa mínima é alcançar pelo menos 100 famílias por ano. Destacou que, se houver recursos adicionais, a meta poderá ser superada, assim como já ocorreu em anos anteriores, quando foi possível distribuir mais do que o planejado.

Ele também esclareceu que a previsão de distribuição depende da capacidade financeira do município, que varia conforme a arrecadação. Por isso, o planejamento é feito com metas mínimas, garantindo que aquilo que está proposto seja realmente possível de executar. Caso haja novas emendas ou recursos extras durante o ano, a distribuição poderá ser ampliada.

Leonardo enfatizou que, na hora de analisar o planejamento, o Conselho deve observar dois pontos principais:

- Indicador — o que está sendo medido (ex.: número de famílias atendidas)

- Meta mínima — quantidade prevista para garantir que ninguém fique sem atendimento

Ele lembrou que as metas podem ser ajustadas futuramente, caso seja identificada uma demanda maior ou novas possibilidades de investimento. Finalizou reforçando que o objetivo da Secretaria é atender o máximo de famílias vulneráveis, garantindo que o apoio chegue a quem realmente precisa.

Lucas Rosendo observou que a meta geral apresentada prevê o atendimento de 400 famílias com cestas básicas ao longo de 4 anos.

O Técnico Leonardo respondeu que a meta não dobra automaticamente, pois depende dos recursos disponíveis e da realidade do município em cada exercício. Explicou que o planejamento é calculado com base em indicadores populacionais e financeiros, e que, caso a distribuição supere o previsto, a equipe analisa a possibilidade de ampliar as metas para os anos seguintes.

A conselheira Marines expressou preocupação sobre como realmente funciona a entrega das cestas básicas. Ela explicou que, tradicionalmente, no final do ano são compradas muitas cestas de uma vez só e distribuídas para qualquer pessoa que aparece, mesmo aquelas que não estão referenciadas nos serviços da assistência social.

Diante disso, ela questionou se o novo planejamento que está sendo construído irá estabelecer um controle mais organizado, com critérios e acompanhamento das famílias atendidas. Marines perguntou se, mesmo com o plano aprovado, ainda pode ocorrer uma ordem externa para comprar, por exemplo, 200 cestas de uma única vez e distribuir tudo no fim do ano, sem seguir o planejamento definido pelo Conselho e pela Secretaria.

Leonardo explicou que o chefe do Poder Executivo (Prefeito) é quem tem a responsabilidade final sobre a execução do orçamento municipal. Por isso, existe a necessidade de que cada área tenha autonomia administrativa, mas sempre dentro das decisões e limites definidos pelo Executivo.

Ele destacou que, mesmo quando a Secretaria e o Conselho planejam suas ações de forma organizada, pode acontecer de o Prefeito decidir alterar ou flexibilizar algum plano ou meta, conforme a necessidade do município. Nessas situações, a equipe técnica não tem como impedir, pois a decisão orçamentária final cabe ao gestor do Executivo. Leonardo finalizou dizendo que o papel da Secretaria e do Conselho é planejar, justificar e demonstrar a importância das ações, mas mudanças podem ocorrer por determinação superior.

Salustiano explicou que há legislação específica sobre o uso dos recursos da assistência social e que é importante saber se o recurso é

próprio do município ou do Governo Federal, porque recursos federais vêm com vinculação e exigem fundo municipal e plano aprovados. Ele alertou para problemas passados de distribuição sem critérios (sorteios, entrega a quem aparece) e afirmou que as entregas devem seguir o plano aprovado pelo Conselho, atendendo famílias acompanhadas e em situação de vulnerabilidade. Disse também que o município está regularizando sua situação para voltar a receber recursos federais e que, por enquanto, muitos recursos ficam “presos” na Prefeitura — por isso é necessário que a administração municipal acompanhe e libere o que for previsto.

Por fim, Salustiano concluiu que, quando um serviço precisar ser executado, ele deve passar por análise e coordenação, respeitando o planejamento e os instrumentos legais.

Dessa forma nada a mais a ser declarado a apresentação do PPA foi encerrada.

APRECIACAO DO SUPERAVIT 2025

A apreciação do superavit deu-se início com a Rozângela Borges explicando as adequações. O presidente Lucas Rosendo iniciou questionando sobre o item “Outros serviços de terceiros – pessoas jurídicas”, destacando que, na descrição, consta “rotina diária e manutenção de pessoas”, com destinação ao CREAS e à Casa Lar. Durante sua análise, observou um erro de digitação no qual vinculava o CRAS nesse trecho. informou que a servidora Jordânia ficaria responsável por realizar a correção.

A servidora Rozângela Borges explicou que, em relação à cortina de ar, quando o prédio do CRAS foi alugado, a porta originalmente prevista teria um tamanho menor. Contudo, surgiu a sugestão de instalar uma brinquedoteca no local, o que exigiu uma adequação na estrutura. Assim, a porta foi substituída por uma porta semelhante à de garagem, de tamanho maior. Rozângela destacou que, por ser uma porta ampla e permanecer frequentemente aberta, há maior dispersão de ar. Ela acrescentou que, devido à adequação para a instalação da biblioteca, a entrada do prédio também foi modificada.

Em seguida, foram apresentadas observações pelo Vice-Presidente. Em relação ao superávit, ele informou que a dotação foi entregue juntamente com o extrato da conta. O Vice-Presidente fez uma observação sobre o extrato da conta, mencionando que aparecia inicialmente um valor em torno de R\$ 2,2 milhões e alguma coisa. Em razão do que não poderia ser utilizado em sua totalidade, o valor final a ser

considerado caiu para R\$ 1.186.161,59. e a justificativa do superavit onde a servidora Rozângela Borges se prontificou a encaminhar a justificativa na segunda – feira dia 29 de setembro de 2025. Sem mais nada a declarar O Presidente Lucas Rosendo então propôs que, considerando o que foi apresentado em documento e o que foi exposto, o Colegiado passasse para a deliberação do superávit. Dando início à votação, onde uma vez votação ele foi aprovado por unanimidade sem nenhuma ressalva.

Dessa forma: o superávit de 2025 foi APROVADO.

EMENDA PARLAMENTAR DO MICRO-ÔNIBUS

O presidente do conselho, Lucas Rosendo, ressaltou que é necessário ter uma apresentação formal referente à empresa responsável, reconhecendo tratar-se de uma empresa específica. Destacou ainda que existe uma resolução relacionada ao assunto e que verificará a possibilidade de regularizar a situação. Observou, contudo, que não houve nenhuma aprovação prévia do conselho quanto ao uso do ônibus, informando que o conhecimento sobre essa utilização ocorreu apenas por meio de comentários informais.

A servidora Jordânia explicou que, ao analisar o caso, percebeu que o problema pode estar relacionado a um erro no sistema. Informou que constam o número da resolução e a data da reunião, mas que há inconsistências nesses registros. Sugeriu, portanto, que seja necessário excluir as informações incorretas e inseri-las novamente no livro, de forma correta.

O presidente Lucas Rosendo relatou que, na primeira ocasião, a pauta foi analisada conjuntamente com a da APAE, e que, cerca de 10 a 15 minutos depois, chegou ao conselho a solicitação referente ao ônibus, que necessitava de aprovação. Explicou que, naquele momento, a aprovação foi concedida para que não se perdesse a emenda, embora nenhum documento formal tenha sido apresentado.

Acrescentou que, posteriormente, as medidas necessárias para a reestruturação e realização do processo foram tomadas, porém a solicitação formal não chegou ao conselho, apenas as estruturas do projeto. Lucas enfatizou que, para regularização adequada, é preciso

apresentar o número da resolução, a data da reunião e o registro correspondente, pois, sem esses elementos, não há validade formal.

Finalizou observando que o assunto acabou sendo tratado de forma informal, “como se fosse algo comentado durante”, reforçando a necessidade de que todas as futuras deliberações sejam apresentadas oficialmente ao conselho.

o Presidente Lucas Rosendo retomou o tema do ônibus. Ele reconheceu que o conselho havia aprovado o ônibus anteriormente de forma "no escuro", movido por considerações como "não vai perder a renda" e para não "prejudicar". Contudo, destacou que o retorno do assunto, por necessidade de ajustes, reforça a situação. Dessa forma, propôs que o Conselho solicite uma apresentação formal para o caso do ônibus, a fim de que haja, finalmente, um registro e formalização adequados do assunto. Ele sugeriu um tempo de aproximadamente dez minutos para tal apresentação, dessa forma lembrando que o microônibus é direcionado a todas as atividades relacionadas ao CRAS. Diante disso Foi então colocado em pauta o item referente à Emenda Parlamentar do Micro-ônibus. Após deliberação, o pedido foi aprovado por unanimidade, sem nenhuma ressalva. Dessa forma a reunião terminou as 12 horas e 53 minutos.

Publicado por:

Lucas Rosendo da Silva

Código Identificador:3302B3B2

Matéria publicada no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia no dia 04/11/2025. Edição 4102

A verificação de autenticidade da matéria pode ser feita informando o código identificador no site:

<https://www.diariomunicipal.com.br/arom/>